



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Fazenda
Subsecretaria de Controladoria Interna
Auditoria Interna

PARECER N° 19/2021/SEFAZ/AUDINT
PROCESSO N° SEI-040077/000160/2021
INTERESSADO: SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA

TOMADA DE CONTAS

Em consonância com o Inciso V do Art. 16 do Decreto Estadual n.º 43.463/2012, alterado pelo decreto Estadual n. 46.237/2018, apresento o Parecer do Controle Interno, quanto à Tomada de Contas SEI-040077/000160/2021, que tem por objeto apurar o(s) fato(s), identificar o(s) responsável(eis) e quantificar o dano ao erário, **no âmbito da Secretaria de Estado de Fazenda**, em decorrência de pagamentos de interesse da Secretaria de Estado da Polícia Militar - SEPM, relativos a Restos a Pagar Processados - RPP efetivados no exercício de 2019, sabendo-se que haviam descontos a serem considerados em virtude de decreto específico sobre o assunto - Decreto Estadual n.º 46.654/2019.

Os exames foram conduzidos considerando a Deliberação TCE-RJ n.º 279/2017, as peças que compõem o processo SEI-040077/000160/2021, o Relatório de Tomada de Contas (24711102) lavrado pela Comissão de Tomada de Contas da Secretaria de Estado de Fazenda que foi designada por meio da Resolução SEFAZ n.º 203, de 03/03/2021, bem como o Relatório da Auditoria Interna (25053485).

Diante do exposto, considerando o objeto da presente Tomada de Contas visa apurar o(s) fato(s), identificar o(s) responsável(eis) e quantificar o dano ao erário, **no âmbito da Secretaria de Estado de Fazenda**, em decorrência de pagamentos de interesse da Secretaria de Estado de Polícia Militar - SEPM, relativos a Restos a Pagar Processados - RPP efetivados no exercício de 2019, sabendo-se, ainda, que haviam descontos a serem considerados em virtude de Decreto Estadual n.º 46.654/2019, considerando o que consta no Relatório da Comissão de Tomada de Contas da SEFAZ (doc. SEI 24711102), e considerando ainda o Relatório da Auditoria Interna da SEFAZ (doc. SEI 25053485), somos de opinião que considera-se **REGULAR** a presente Tomada de Contas, sem prejuízo da **RECOMENDAÇÃO** consignada no Item n.º 7.9 do Relatório da Auditoria Interna da SEFAZ.

Por fim, dê-se ciência à Corregedoria Interna da SEFAZ, e, após, por estar em condições, que o presente instrutivo seja remetido à Controladoria Geral do Estado do Rio de Janeiro, com vistas à Auditoria Geral do Estado, para emissão do Certificado de Auditoria.

Rui Cesar dos Santos Chagas
Auditor Interno da SEFAZ
Auditor do Estado
ID. 1943605-0



24/11/2021, às 16:25, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento nos art. 21º e 22º do [Decreto nº 46.730, de 9 de agosto de 2019](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.fazenda.rj.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=6, informando o código verificador **25054590** e o código CRC **38CAADD9**.

Referência: Processo nº SEI-040077/000160/2021

SEI nº 25054590



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Fazenda
Subsecretaria de Controladoria Interna
Auditoria Interna

RELATÓRIO DO CONTROLE INTERNO

1. INTRODUÇÃO.

Trata o presente de Relatório do Controle Interno, previsto no inciso I do art. 16 do Decreto Estadual n.º 43.463/2012 (alteração: Decreto Estadual n.º 46.237/2018), referente ao exame da Tomada de Contas, instaurada por esta Secretaria de Estado de Fazenda, por meio da Resolução SEFAZ n.º 267/2021(22578903), sob a condução da respectiva Comissão de Tomada de Contas, designada pela Resolução SEFAZ n.º 203, de 2021(24240673), em consonância com a Deliberação TCE-RJ n.º 279/2017.

2. DO OBJETO.

O objeto da Tomada de Contas em exame tem como escopo exclusivo a apuração, **no âmbito da Secretaria de Estado de Fazenda**, dos fatos, identificação dos responsáveis e quantificação de eventual dano ao erário, em decorrência dos resultados apresentados pela Investigação Preliminar instaurada no Processo n.º SEI-040077/000050/2021, relacionado ao Processo n.º SEI-040077/000055/2021, para averiguar as circunstâncias, indícios de autoria e materialidade, sobre as **solicitações de pagamento de despesas inscritas em restos a pagar processados no exercício de 2019, oriundas da Secretaria de Estado de Polícia Militar - SEPM**, e executados pelo Tesouro Estadual.

3. DA INSTRUÇÃO (RESUMO).

As ocorrências que justificaram a instauração da presente Tomada de Contas foram apontadas pela Corregedoria Interna da SEFAZ, ao concluir sua análise no **Relatório de Investigação Preliminar n.º 2021.09/SEFAZ/CORRINT**, de 16/07/2021(20879664).

Está presente nos autos a Cópia da publicação do ato de instauração da Tomada de Contas, Resolução SEFAZ n.º 267/2021(22578903), emanado do Exmo. Sr. Secretário de Estado de Fazenda, contendo a descrição sucinta dos fatos que objetiva a instauração da Tomada de Contas.

A Tomada de Contas em apreço foi conduzida pela Comissão constituída por intermédio da Resolução SEFAZ n.º 203/2021 (24240673), sendo apresentado o Relatório constante do documento SEI 24711102.

4. DO RELATÓRIO DA COMISSÃO.

4.1 Da Responsabilidade pela execução da despesa.

No Relatório de Tomada de Contas (24711102), Item 3 (Achados), subitens 1, 2 e 3, a Comissão de Tomada de Contas discorreu sobre as diversas fases da despesa, desde o empenho, passando pela liquidação, e, por fim, o pagamento, embasando, legalmente, cada uma daquelas fases, e, nessa linha, apresentam as seguintes manifestações, das quais reproduzimos, em parte:

"(...)

O pagamento refere-se ao terceiro estágio da despesa orçamentária e será processado pela Unidade Gestora Executora através da emissão da Programação de Desembolso – PD. Tratando-se de recursos do Tesouro Estadual, este irá comandar a execução da PD,(...)

(...)

O Decreto Estadual nº 31.232, de 06/04/2002, em seu artigo 4º, normatiza a execução dos pagamentos com a emissão da Programação de Desembolso – PD:

Art. 4º - Todos os pagamentos, independentemente da fonte de recurso a que estejam vinculados, serão executados através do sistema SIAFEM/RJ, sob pena de apuração de responsabilidades.

§ 1º - É obrigatória a autorização formal do ordenador de despesa principal para emissão de programações de desembolsos.

§ 2º - A regra instituída no parágrafo anterior aplica-se à execução de programações de desembolso emitidas e pendentes de pagamento.

(...)

Antes da efetivação do pagamento, faz-se necessária, pelo Ordenador da Despesa ou servidor com delegação de competência de cada órgão ou entidade estadual, a elaboração de autorizo formal com a ordenação para o pagamento, nos respectivos processos de liquidação de despesa.

Compreendido o ciclo da execução orçamentária da despesa, em todas as suas fases, é notório que a responsabilidade pelos atos de gestão orçamentária, financeira e patrimonial compete à Autoridade Ordenadora da Despesa de cada órgão ou entidade estadual, assim definido nos artigos 82 e 93 da Lei Estadual 287 de 04/12/1979:

(...)

Na esteira deste entendimento, compete à Autoridade Ordenadora da Secretaria de Estado de Polícia Militar/SEPM, a pertinência de aplicação de descontos, bem como a responsabilidade direta pela alteração da ordem cronológica do pagamento nos termos da legislação vigente.

Da análise do presente administrativo, verifica-se que as solicitações de pagamentos requeridas pela Secretaria de Estado de Polícia Militar/SEPM, foram realizadas pelo valor integral das despesas, não promovendo o registro contábil dos descontos, caracterizando a total desobediência ao disposto no item III do art. 5º do Decreto 46.654/2019 e o conseqüente prejuízo financeiro aos cofres públicos.

(...)"

(**Grifo Nosso**)

Verifica-se, no entendimento da Comissão de Tomada de Contas, que, em relação ao ciclo da execução da despesa, objeto da presente Tomada de Contas, recai a responsabilidade direta à autoridade ordenadora de despesa da SEPM, pela emissão da Programação de Desembolso que originou Restos a Pagar, bem como pela observância do registro contábil do desconto, previsto no item III do art. 5º do Decreto 46.654/2019.

Em relação à responsabilidade da SEFAZ, na execução da Programação de Desembolso, transcrevemos a manifestação da Comissão, no último parágrafo do Subitem 3 (Do Pagamento da

Despesa), do Item 3 (Achados), no qual declara que compete à SEFAZ/SUBFIN, tão somente, a disponibilidade financeira para a autoridade ordenadora, nos seguintes termos:

(..)

Considerando que compete à SEFAZ/SUBFIN tão somente a análise da disponibilidade financeira e adequação ao planejamento do fluxo de caixa estadual de forma a viabilizar a liberação do pagamento da despesa, totalmente processada até a elaboração da Programação de Desembolso - PD, pela Autoridade Ordenadora, (...)

(Grifo Nosso)

Por fim, cabe destaque especial o que consta no Item n.º 4 do Relatório da Comissão de Tomada de Contas, onde é declarado pela Comissão que não foi identificado responsável, no âmbito da Secretaria de Estado de Fazenda, nos seguintes termos:

"No nosso entender, e se assim a Corte de Contas Julgar, não vislumbramos responsáveis por danos ao erário público, no âmbito da Secretaria de Estado de Fazenda, no entanto, os atos de gestão praticados pelas autoridades ordenadoras de despesas no âmbito da Secretaria de Estado da Polícia Militar/SEPM, órgão detentor da obrigação de pagamento, devem ser apurados."

(Grifo Nosso)

4.2 Da Quantificação do Dano.

A Comissão de Tomada de Contas embora tenha se manifestado pela não existência de responsabilidade, **no âmbito da Secretaria de Estado de Fazenda**, pelos atos de gestão praticados pelas autoridades ordenadoras de despesas da Secretaria de Estado de Polícia Militar/SEPM, na adoção de providências visando o cumprimento da regra de desconto de Restos a Pagar, exigidas no Decreto Estadual n.º 46.654/2019, apresentou uma quantificação do dano, que monta R\$ 33.856,04 (valor histórico).

Contudo, somos de opinião que a apuração e quantificação de possível dano praticados por atos de gestão no âmbito da Secretaria de Estado de Polícia Militar deve ser feita no âmbito da própria SEPM, como estabelece o artigo 3º da Deliberação TCE n.º 279/2017, de nesse sentido, entendemos que os cálculos e atualização de possível danos devam ser realizados na Tomada de Contas própria passível de ser instaurada naquela instituição.

5. DA DOCUMENTAÇÃO.

A RELAÇÃO DE DOCUMENTOS DE TOMADA DE CONTAS (GERAL), está definida no ANEXO I da Deliberação TCE-RJ n.º 279/2017, no que couber (obviamente), os quais foram atendidos até o momento de forma satisfatória, no caso em tela, considerando que não foi(ram) apontado(s) responsável(eis), e nem apurado dano, no âmbito da Secretaria de Estado de Fazenda e ainda resta o encaminhamento da Tomada de Contas para a emissão do Certificado de auditoria pela Auditoria Geral do Estado.

Apresentamos na sequência os documentos já apresentados nos autos:

Cópia da publicação do ato de instauração da tomada de contas, devidamente formalizado, emanado da autoridade competente, contendo a descrição sucinta dos fatos (item 3 do Anexo I da Del. n.º 279/2017).

Consta cópia da publicação do ato de instauração da tomada de contas, Resolução SEFAZ n° 267/2021, emanado pelo Exmo. Sr. Secretário de Estado de Fazenda, contendo a descrição sucinta dos fatos que objetiva a instauração da Tomada de Contas, doc. SEI 22578903.

Cópia do ato de designação dos membros indicados para compor a comissão de Tomada de Contas, acompanhado de declaração de que esses não se encontram impedidos de atuar no procedimento (item 4 do Anexo I da Del. n° 279/2017).

Conta cópia da publicação do ato de designação da comissão de tomada de contas, Resolução SEFAZ n° 203/2021, doc. SEI 24240673.

Constam as 3 (três) declarações obrigatórias exigidas pela deliberação TCE n° 279/2017, emanadas pelos servidores integrantes da Comissão de Tomada de Contas , docs. SEI 24240699, 24240775 e 24241105.

Relatório da comissão de Tomada de Contas, que deve conter no mínimo as especificações contidas nesta Deliberação (item 5 do Anexo I da Del. n° 279/2017).

O relatório da Comissão de Tomada de Contas se faz presente no doc. SEI 24711102.

Cópias dos pareceres emitidos pelas áreas técnicas do órgão ou entidade, incluída a análise das justificativas apresentadas pelos responsáveis (item 10 do Anexo I da Del. n° 279/2017).

O relatório e parecer da Auditoria Interna da SEFAZ se faz presente nos docs. SEI 25053485 e 25054590.

6. DO PRAZO.

O prazo-limite estipulado para encaminhamento ao TCE-RJ é de 120 dias, a contar do recebimento da comunicação ou conhecimento do fato, conforme inciso I do art. 12 da Deliberação TCE-RJ n.º 279/2017, e, considerando a data de publicação da Resolução SEFAZ n° 267/2021(21/09/2021), verifica-se que o prazo de trâmite desta Tomada de Contas encontra-se ainda em vigor, nesta data.

7. BASE PARA A CONCLUSÃO DA TOMADA DE CONTAS.

7.1 – Citamos as orientações emanadas no MANUAL DE PAGAMENTO DA DESPESA, elaborado pela Subsecretaria de Contabilidade Geral do Estado – SUBCON, no que diz respeito à fase de pagamento da despesa pública, que aponta para a responsabilidade da unidade gestora executante da despesa, como segue:

“(…)

O pagamento refere-se ao terceiro estágio da despesa orçamentária e será processada pela Unidade Gestora Executora no momento da emissão do documento Ordem Bancária (OB) e documentos relativos a retenções de tributos, quando for o caso. O pagamento consiste na entrega de numerário ao credor e só pode ser efetuado após a regular liquidação da despesa.

(…)

Ele consiste na quitação do valor devido ao credor, extinguindo dessa forma a obrigação. Antes de sua efetivação, faz-se necessária, pelo Ordenador da Despesa ou servidor com delegação

de competência de cada Secretaria, das Autarquias e das Fundações, despacho com a ordenação para o pagamento, nos respectivos processos de liquidação, através da elaboração da PD ou outro meio de pagamento, sendo que a regra é a PROGRAMAÇÃO DE DESEMBOLSO "PD", com base na Resolução Conjunta SEFAZ/SEPLAG nº 28 de 03 de março de 2008, regulamentada pela Portaria da CGE nº 132 de maio de 2008."

(Grifo Nosso)

7.2 – Com relação a execução da despesa, a Lei Estadual nº 287, de 04/12/1979, que normatiza o Código de Administração Financeira e Contabilidade Pública do Estado do Rio de Janeiro, discorre que seja observado os artigos 82, 93 e 94, *in verbis*:

"Art. 82 – São competentes para autorizar despesas, movimentar as cotas e transferências financeiras:

(...)

3º - Para fins do disposto neste artigo, entende-se como ordenador de despesas toda e qualquer autoridade de cujos atos resultarem reconhecimento de dívida, emissão de empenho, autorização de pagamento, concessão de adiantamento, suprimento de fundos ou dispêndio de recursos do Estado ou pelos quais este responda.

(...)

Art. 93 – A ordem de pagamento é o despacho exarado por autoridade competente, determinando que a despesa, devidamente liquidada, seja paga.

Art. 94 – Para efetivação da ordem de pagamento, o órgão competente examinará:

I – se consta:

a) por extenso, o nome do credor e a importância a pagar; no caso de ordens coletivas, o nome e o número de credores, bem assim as quantias parciais e o total de pagamento;

b) a classificação da despesa;

II - se a despesa foi regularmente liquidada."

(Grifo Nosso)

7.3 – Procedimentos para Execução dos Pagamentos das Despesas de Custeio e Investimento com recursos do Tesouro do Estado.

O rito processual para solicitações de pagamento de despesas executadas pelos diversos órgãos e entidades integrantes do Poder Executivo do Estado do RJ, que sejam atendidas por fonte de recursos do Tesouro do Estado, está definido na Resolução SEFAZ nº 357/2018, que "Institui Procedimentos para Execução dos Pagamentos das Despesas de Custeio e Investimento", do qual reproduzimos o estabelecido no seu art. 3º, *in verbis*:

"Art. 3º - Com fundamento no art. 5º, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, o critério adotado para pagamento das despesas de custeio e investimento segue a ordem cronológica da data de emissão da Nota da Liquidação.

§ 1º - Para efeito de pagamento das despesas, as etapas de empenho e de liquidação deverão ser cumpridas previamente.

§ 2º - A liquidação da despesa deve obedecer a ordem cronológica, observando todas as formalidades para que a obrigação de pagar pelo Estado seja definitivamente exigível, de acordo com a legislação aplicável ao assunto e cláusulas contratuais, quando for o caso.

§ 3º - A Programação de Desembolso deve ser emitida imediatamente após a fase da liquidação da despesa, de modo que tenham a mesma ordem cronológica."

(Grifo Nosso)

7.4 – Com relação a execução de pagamentos e emissão da Programação de Desembolso – PD, fazemos remissão ao artigo 4.º do Decreto Estadual n.º 31.232, de 06/04/2002, no qual aponta que a obrigação de autorização formal para a emissão da PD recai sobre o ordenador de despesas principal, além de que todos os pagamento sejam executados através do SIAFE-RIO, como transcrevemos:

"Art. 4º - Todos os pagamentos, independentemente da fonte de recursos a que estejam vinculados, serão executados através do sistema SIAFEM/RJ (atual SIAFE-RIO), sob pena de apuração de responsabilidades.

§ 1º - É obrigatória a autorização formal do ordenador de despesa principal para emissão de programações de desembolsos.

§ 2º - A regra instituída no parágrafo anterior aplica-se à execução de programações de desembolso emitidas e pendentes de pagamento."

(Grifo Nosso)

7.5 - Ainda em relação à execução da despesa, cabe mais uma vez fazer referência à manifestação da Comissão de Tomada de Contas, que expôs o processamento das fases da despesa, até a emissão da PD/SIAFE-RIO, de acordo com a legislação pertinente à matéria, em especial a Lei Federal n.º 4.320/1964 e Lei Estadual n.º 287/1979, concluiu:

"Na esteira deste entendimento, compete à Autoridade Ordenadora da SEDEIS, a pertinência de aplicação de descontos, bem como a responsabilidade direta pela alteração da ordem cronológica do pagamento nos termos da legislação vigente."

(Grifo Nosso)

7.6 – A respeito do pagamento das despesas inscritas em Restos a Pagar, o Decreto Estadual n.º 46.654, de 10/05/2019, estabeleceu regramento para sua execução, prevendo informações a respeito de descontos oferecidos como segue:

"Art. 5º - Os processos administrativos para pagamento das despesas inscritas em Restos a Pagar- RP, conforme definição do art. 36 da Lei n.º 4.320/64 obrigatoriamente deverão conter as seguintes informações:

I - declaração do ordenador de despesa, informando que o pagamento do respectivo RP é exequível com os limites definidos na quota financeira disponibilizada para o exercício e não impedirá ou prejudicará o funcionamento das atividades do Órgão ou da Entidade até o final do exercício;

II - declaração do ordenador de despesa, informando que o não pagamento do respectivo RP implica em impedimento ou suspensão de serviços ou entregas, inviabilizando as atividades para o presente exercício; e

III - informação sobre desconto oferecido para quitação do RP".

(Grifo Nosso)

7.7 - Não identificamos em nossa auditoria a existência ato normativo regulamentar que estabeleça procedimentos e responsabilidade à Secretaria de Estado de Fazenda, por intermédio do Tesouro Estadual, para instrução e verificação dos dispositivos estabelecidos no inciso III do art. 5.º do Decreto Estadual n.º 46.654/2019, em razão dos atos de gestão e execução da despesa praticados pelas autoridades ordenadoras de despesas nos demais órgãos e entidades do Estado do RJ.

7.8 - Em relação à apuração de responsabilidade, no âmbito da Secretaria de Estado de Fazenda, por possível descumprimento de aplicação da regra de desconto de Restos a Pagar, exigido no Decreto Estadual n.º 46.654/2019, merece mencionar o consignado no relatório da Comissão de Tomada de Contas.

"No nosso entender, e se assim a Corte de Contas Julgar, não vislumbramos responsáveis por danos ao erário público no âmbito da Secretaria de Estado de Fazenda, no entanto os atos de gestão praticados pelas autoridades ordenadoras de despesas no âmbito da SEDEIS, órgão detentor da obrigação de pagamento, devem ser apurados."

(Grifo Nosso)

A ausência de responsabilidade na esfera administrativa da Secretaria de Estado de Fazenda, para a execução das Programações de Desembolso - PD, reside na responsabilidade do ordenador de despesa da unidade gestora executante da despesa, como fundamentado nos subitens 7.1, 7.2, 7.3, 7.4 e 7.5 deste relatório, bem como o que estabelece o artigo 3º da Deliberação TCE-RJ nº 279/2017.

7.9 - Fortalecimento dos controles.

Informamos que, com o intuito de avaliar os controles internos no âmbito da Subsecretaria de Finanças da SEFAZ, esta Auditoria Interna instaurou uma **AUDITORIA ESPECIAL**, com vistas a identificação de riscos e falhas no processo de pagamento de Restos a Pagar efetuados pela SEFAZ-RJ, não obstante que o foco do trabalho estava na melhoria da eficácia dos processos, do gerenciamento de riscos, do controle e governança corporativa, na forma constante no Relatório de Auditoria doc. SEI 8674364 do processo SEI-040077/000070/2020, que conclui com recomendações de fortalecimento de pontos de controle no fluxo de pagamento de RP.

RECOMENDAÇÃO: Reiteramos o constante nos itens consignados no Relatório da AUDITORIA ESPECIAL, processo **SEI-040077/000070/2020**, concluído por esta Auditoria Interna, de modo a fortalecer os pontos de controle no fluxo de pagamentos de Restos a Pagar, no âmbito da Subsecretaria de Finanças - SUBFIN.

8. DO(S) RESPONSÁVEL(EIS).

Não foi identificado responsável no âmbito da Secretaria de Estado de Fazenda, pela emissão de Programação de Desembolso – PD, emitidas no âmbito da Secretaria de Estado de Polícia Militar – SEPM.

Essa opinião encontra consta do Item n.º 4 do Relatório da Comissão de Tomada de Contas, nos seguintes termos:

"No nosso entender, e se assim a Corte de Contas Julgar, não vislumbramos responsáveis por danos ao erário público no âmbito da Secretaria de Estado de Fazenda, no entanto os atos de gestão praticados pelas autoridades ordenadoras de despesas no âmbito da Secretaria de Estado de Polícia Militar - SEPM, órgão detentor da obrigação de pagamento, devem ser apurados."

(Grifo Nosso)

9. DO VALOR DO DANO ATUALIZADO.

Não obstante o entendimento e conclusão pela **não** responsabilização de servidores integrantes do Quadro de Pessoal da SEFAZ, a Comissão de Tomada de Contas ainda consignou no seu Relatório (24711102), a quantificação do dano, no que deveria, se fosse o caso, ser preenchido por meio de formulário próprio - Modelo 2 da Deliberação TCE-RJ n.º 279/2017.

Porém, entendemos que, em não havendo indicação de responsável(eis), e causa de dano ao erário, **no âmbito da Secretaria de Estado de Fazenda**, não há obrigatoriedade, por parte desta pasta, em efetuar esse cálculo de possíveis danos no âmbito da Secretaria de Estado da Polícia Militar, cabendo a apuração de possível dano ser realizada no âmbito daquela SEPM, a ser apurado em Tomada de Contas própria, conforme estabelece o artigo 3º da Deliberação TCE n.º 279/2017, nos seguintes termos:

"Art. 3º A instauração da tomada de contas compete ao titular de cada unidade jurisdicionada ou, na omissão deste, ao órgão central de controle interno, nos termos do § 1º do art. 10 da Lei Complementar Estadual n.º 63/90."

(Grifo Nosso)

10. CONSIDERAÇÕES FINAIS.

Diante do exposto, considerando as peças que compõem o presente processo, e que o objeto da presente Tomada de Contas visa apurar o(s) fato(s), identificar o(s) responsável(eis) e quantificar o dano ao erário, **no âmbito da Secretaria de Estado de Fazenda**, em decorrência de pagamentos de interesse da Secretaria de Estado de Polícia Militar - SEPM, a diversas empresas, relativos a Restos a Pagar Processados - RPP, efetivados no exercício de 2019, sabendo-se, ainda, que haviam descontos a serem considerados, em virtude do Decreto Estadual n.º 46.654/2019, somos de opinião que o Parecer de Auditoria, a ser emitido por esta Auditoria Interna - AUDINT/SEFAZ, de acordo com a legislação vigente, deverá configurar **REGULARIDADE**, sem prejuízo da **RECOMENDAÇÃO** constante no **Item 7.9**.

Em seguida, estará em condições de ser remetido à Corregedoria Interna da SEFAZ, e, por fim, à Controladoria Geral do Estado, com vistas à Auditoria Geral do Estado do Rio de Janeiro.

É o Relatório.

À consideração do Senhor Auditor Interno, para as providências contidas no inciso V do art. 16 do Decreto Estadual n.º 43.463/2012 e suas alterações contidas no Decreto Estadual n.º 46.237/2018.

Respeitosamente,

Diniz de Oliveira Nunes
Auditor Interno Auxiliar
Auditor do Estado/ ID. 2012203-9
Contador / CRC-RJ 75.748

Rio de Janeiro, 19 novembro de 2021

Documento assinado eletronicamente por **Diniz de Oliveira Nunes, Auditor Interno Auxiliar**, em



24/11/2021, às 14:59, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento nos art. 21º e 22º do [Decreto nº 46.730, de 9 de agosto de 2019](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.fazenda.rj.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=6, informando o código verificador **25053485** e o código CRC **5D0C4E19**.

Referência: Processo nº SEI-040077/000160/2021

SEI nº 25053485

Av. Presidente Vargas, nº 670, - Bairro Centro, Rio de Janeiro/RJ, CEP 20071-001
Telefone: (21) 2334-4300 - www.fazenda.rj.gov.br